

Vítor Oliveira Jorge
[Coordenador]

CONSERVAR PARA QUÊ?

8ª Mesa-redonda de Primavera

*Realizada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto
nos dias 26 e 27 de Março de 2004*

PORTO·COIMBRA

Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Departamento de Ciências e Técnicas do Património
Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto
(Fundação para a Ciência e a Tecnologia)
2005

OS CENTROS HISTÓRICOS E OS SEUS TERRITÓRIOS* – UMA REFLEXÃO

por

Maria Filomena Barata**

À minha mãe

Resumo: A incerteza relativamente ao presente e ao futuro dos nossos centros históricos, das nossas cidades e dos nossos territórios torna difícil a abordagem do papel do passado nos mesmos. Preconizo, por isso, que as decisões relativas à preservação de uma determinada identidade sejam cada vez mais partilhadas por essa mesma comunidade.

Palavras-chave: Passado; presente; futuro.

Abstract: the uncertainty about the present and the future of our historical centers, cities and territories, makes the approach of the role of their past difficult. Therefore I suggest that the decisions about the preservation of each particular element of identity should be shared by the components of the local community.

Key-words: Past; present; future.

A urbanidade, a de ontem e a de hoje, bem como a sua relação com os territórios envolventes, tem constituído, de há alguns anos para cá, objecto duma grande reflexão. No entanto, as incertezas com que hoje nos debatemos sobre o presente e o futuro das nossas cidades e dos nossos territórios torna bastante difícil abordar o papel do “passado” nos mesmos. Como se estivéssemos num beco sem saída: anulando uma perspectiva futura anulamos o papel da História?

Mesmo quando algumas dúvidas pareciam querer espreitar, partia eu, em reflexões anteriores, do princípio de que os vestígios do “Passado” são fundamentais à

* Esta intervenção retoma algumas ideias parcialmente objecto de publicação na revista Património. Estudos, IPPAR, nº 6.

** IPPAR, D.R. Évora.

preservação de uma vivência e sociabilidade colectiva mais equilibrada, numa articulação estreita entre o Espaço e o Tempo. É óbvio que, enquanto indivíduo, continuo a considerar essa articulação como fundamental à integração e à manutenção da sociabilidade, mas não me é possível fazê-lo partindo dos mesmos pressupostos, ou, pelo menos, formulá-los como se estivéssemos a tratar de dados adquiridos ou indiscutíveis.

Por um lado, a complexificação verificada nas grandes cidades origina formas tão díspares de viver os mesmos espaços, onde se inscrevem paralelamente os miserabilismos e autismos psicológicos e sociais e as cada vez mais receosas ou nostálgicas atitudes de preservação da estabilidade física e moral.

A separação ou delimitação graduais dos espaços dentro dos mesmos locais e a desagregação paralela das referências simbólicas e culturais dos territórios não podem deixar imune nenhum de nós.

A proliferação de cidades ditas “satélites” onde se valoriza de formas muito diferentes o modo de tratar os novos espaços urbanos e a sua articulação com a “metrópole” (Sambricio, 1996: 49), de entender os espaços privados e públicos e de gerir a ausência de memórias urbanas colectivas ou a possibilidade de criar novos pólos agregadores da sociabilidade, ou seja de viabilizar a criação de novas memórias, para não falar dos conceitos de “arquitectura efémera ou mutável”, vêm acentuar esta ruptura em relação à unidade ou unicidade do “núcleo urbano”, propondo-se em alternativa a ideia duma “cidade difusa”, ou mesmo a apontar como solução a destruição da ideia de cidade.

Toda esta complexa trama e as variantes e variáveis que assume e que engendra participam, nos nossos dias, e, às vezes quase duma forma desesperada, num também complexo e multifacetado olhar sobre o papel do Passado nas modernas formas de vida.

Paralelamente e quase paradoxalmente, assistimos ao recrudescimento dos regionalismos e dos nacionalismos que vão buscar àquilo que, de certo modo, parece estar ameaçado – O Passado – os seus fundamentos ideológicos, fazendo equacionar tantas vezes os nossos próprios conceitos do que é a “História”, do papel que ela desempenha, consciente ou inconscientemente, em cada indivíduo, grupo ou país.

É, portanto, tendo como pano de fundo este pânico – das incertezas ou da certeza da relatividade de cada símbolo ou de cada fragmento da memória – que tentarei falar de “Cidades”. É, deste modo, consciente do paradoxo e da complexidade com que todos nos confrontamos que tentarei abordar o tema que me propus desenvolver.

Ou talvez apenas porque não é pacífico para os humanos o desaparecimento dos locais simbólicos ou dos sítios polarizadores da memória, temendo-se ainda a transformação dos lugares em “Não Lugares”¹.

¹ No sentido empregue por Marc Augé na sua obra com esse título.

Bem sabemos que, nos nossos dias, se assume, por vezes de uma forma quase apocalíptica, que os recursos físicos, ambientais e culturais atingiram um ponto de quase ruptura (ou “não retorno”). Como medida de defesa, passaram a criar-se “reservas”, abarcando, desse modo, – tudo é passível de ser musealizável, – os objectos, os sítios; as cidades e os ambientes.

No que diz respeito aos bens culturais e particularmente aos imóveis – porque para os móveis, conservados em museus, já nos havíamos, de algum modo, habituado a essa função de “coleccionar, guardar, proteger e climatizar”, apesar de todas as críticas colocadas na segunda metade deste século a essa fórmula e todos os trabalhos que têm vindo a equacionar a nova função do museu, a proclamar a sua crise ou mesmo a protagonizar a sua morte², – foi-se generalizando a mesma atitude. Não propriamente através do mecanismo de “empacotar lembranças”, característico dos Museus tradicionais, mas, criando-lhe igualmente sucessivas cinturas de protecção, sucessivas servidões, que, em muitos casos, contribuíram para cavar um fosso entre os vestígios do “Passado” e o “Presente”, e para instalar uma dicotomia difícil de superar e com efeitos nefastos, tantas vezes, à sua própria sobrevivência e à dos “centros históricos”³ onde se inserem.

Insistir nestas dicotomias é cavar ainda mais fundo a morte da cidade: tentando conservar legível a “História” mas não viável a “existência”.

Por isso, preconizo que os “bens culturais” deixem de ser lidos apenas como objecto museográfico, **ou como os únicos garantes de “reserva de memória”**, mas que passem a ser tidos efectivamente como recurso identitário, espelho de coerências culturais e sociais, no contexto de todos os outros bens e recursos que há que planear. Recuso-me a aceitar que os vestígios do “Passado” sejam apenas mais um “objecto de vitrine” – massacrado, tantas vezes, pelo voyerismo turístico que quase inibe a sua fruição. E que é destinado fundamentalmente a “promover experiências simbólicas” (Ingersoll, 1996: 14 e 15)⁴.

A sustentabilidade duma cidade ou de um determinado território não pode basear-se apenas nos seus “bens patrimoniais” e na produção de símbolos passíveis de ser “mercadoria”, porque são, aliás, “recursos frágeis e não renováveis”.

Para a sua sobrevivência há que diversificar funções⁵.

² Sobre este assunto, e para referir um trabalho recente, veja-se os recentes artigos publicados na revista *Letra, Internacional*, Setembro/Outubro de 1996, dedicados a “Memória del Presente” e particularmente os assinados por Hans Ulrich Obrist e Thomas Keenan.

³ Ao conceito de “Centro Histórico” e aos parâmetros em que se moldou já foi por demasiadas vezes levantadas objecções, até pela polarização a que esse conceito remete.

⁴ Ingersoll, Richard, 1996, “Tres tesis sobre la Ciudad”, *Revista de Occidente*, Fundación José Ortega y Gasset, pp. 11-44.

⁵ Carlos Fortuna e Paulo Peixoto, 1997, “O Centro Histórico de Évora”, in *Regionalização e Identidades Locais*, Edição Cosmos.

Torna-se pois fundamental equacionar, à luz de todos estes factores, o papel dos “vestígios do Passado” em cidades onde ainda é possível planificar, reconverter ou repensar o desenvolvimento urbano, fazendo-os participar da revitalização urbana: estimulando a sociabilidade; originando novos espaços de fruição pública, como largos, praças ou jardins; colaborando em novas articulações de trânsito viário; ou mesmo transformando-os em pólos organizadores da expansão de novos eixos de crescimento. Pensando-os como fruto de uma especificidade cultural e económico/social que há que preservar num todo e não apenas em fragmentos que se tornam quase descontextualizados.

A necessidade de protecção não pode, pois, conduzir a uma atitude que consideramos quase “psicanalítica” do “Passado”, tentando “trazer à luz”, “interpretando” e expondo todos os fragmentos simbólicos da memória, os seus traumas, as suas feridas e as suas exaltações, pois podemos correr o risco de com isso perder a coerência da leitura e da vivência e introduzir apenas elementos de distúrbio, (não clarificadores nem qualificadores), do tecido urbano. Se assim for a cidade estará morta, e ao “Passado” confere-se o papel de “Presente”, mas virtual.

A distinção entre os denominados “centros históricos” protegidos por lei em muitos casos, e as suas envolventes, onde se alojam novas funcionalidades e centralidades, origina na maioria dos casos a perda de relação entre as duas partes da cidade e, mais perverso ainda, pode originar que o “centro” seja olhado apenas como um aspecto singular, o “museu” dentro de uma cidade mais global⁶.

Urge, portanto, equacionar hoje, e perdas que estão muitas das funções que a cidade tinha (até porque muitas das actividades que nela se centravam se estenderam e espalharam para os espaços que as rodeiam e mesmo para os espaços rurais) a coerência, quer do ponto de vista da identidade social quer da riqueza multicultural e da sua especialização / ou diversidade económica.

Exactamente porque defendo que a maioria das decisões sobre a cidade e o território deve ser fruto dum olhar multidisciplinar, penso, em conformidade, que é de exigir-se, por isso mesmo, uma maior responsabilização dos múltiplos agentes que (nem sempre com a trama desejável) se relacionam com aspectos relativos à gestão da herança do Passado e, por conseguinte, da construção do Futuro.

Isto implica ter dos recursos culturais (e dos outros, claro está) um conhecimento mais exaustivo e pluridisciplinar possível; implica que se desdobrem as leituras e que se avaliem “símbolos”, “emblemas” e representatividades; *exige um planeamento mais concertado da cidade e seu território, onde às decisões deve ser prévio o (re)conhecimento*.

⁶ Juan Ignacio Rosado Feito, 2002, “El Reto de la Arquitectura ante el Patrimonio Actual: La continuidad del Passado”, in *Mérida Ciudad y Patrimonio*, nº 6.

Exige-se ainda uma visão política e estratégica sobre o território e uma leitura equilibrada dos seus recursos, seja das suas “mais valias” simbólico-culturais ou físico-culturais, humanas e económico-financeiras ou geográficas e que o “Património Cultural” seja tido efectivamente como factor de coesão desse mesmo território e gerador de dinâmicas sociais, ou seja, gerador de novas realidades projectivas. e que permitam “reforçar a peculiaridade da sua existência no presente”.

E porque o ponto de partida do meu trabalho é esse, considero que se torna imperiosa uma alargada reflexão sobre os mecanismos e instrumentos necessários para viabilizar o (re)conhecimento do território, onde do meu ponto de vista há que fazer maior investimento, pois deve ser prévio a qualquer planeamento; que seja seriamente avaliada uma trama de valores e de critérios que possa ultrapassar a forma, de certo modo casuística (pese cada caso ser, indubitavelmente, um caso), com que se tomam muitas decisões; urge também equacionar seriamente o papel que desempenham esses fragmentos da memória para as próprias comunidades⁷ quando se decide pela sua preservação ou não preservação, fazendo-os participar (e não estrangular) da sua revitalização, estimulando a sua requalificação.

Apesar de tudo, poderíamos quase usar, aplicando-as ao património, as palavras de Paul Valéry, quando se refere à “proporção dourada” ou “Divina Proporção”: trata-se do “*equilíbrio entre o saber, o sentir e o poder*”⁸.

Mas reconheço que não há que ser ingénua ou lírica.

O aprofundamento do olhar e do conhecimento que preconizo como fundamental aos mecanismos de decisão, se não obtidos os respectivos consensos e se não consolidados os mecanismos prévios de conhecimento e de planeamento que viabilizam uma melhor gestão dos dados, pode conduzir a uma situação quase insustentável no que respeita à operacionalidade dos processos de decisão⁹.

⁷ Estranhamente, não vejo ainda interiorizada a necessidade da elaboração dos instrumentos de planeamento municipais serem feitas por equipas alargadas. Se é verdade que muitos deles já tenham ultrapassado a visão, de certo modo, hegemónica que a arquitectura, logo a dicotomia constrói-se/não se constrói, quis impor ao planeamento, associando a geografia, a história e as ciências eco-ambientais, é também verdade que poucas vezes vejo que as mesmas tenham um sociólogo, um antropólogo ou um economista nas suas equipas.

⁸ Paul Valéry, citado por Jean Chevalier e Alain Gheerbrant, *Diccionario dos Símbolos*, “Número”.

⁹ O pequeno investimento feito pelo Estado nas áreas do saber, mais especificamente no que respeita a algumas matérias que colaboram directamente na gestão patrimonial; como a História; a Arqueologia; a Antropologia; a Sociologia e a ausência de compatibilização dos variados bancos de dados ou inventários nacionais que deveriam ter a possibilidade de funcionar em rede, colabora a dificuldade de acesso ao conhecimento. Tenho também em mente inventários de âmbito local ou regional, como as denominadas “Cartas de Património” e “Cartas Arqueológicas”, já actualmente produzidas por múltiplos agentes, mas que deveriam ser metodologicamente acompanhadas pelos Organismos do Estado, tendo em atenção a possibilidade da sua permeabilização e uma leitura alargada do território nacional. Este processo implicaria, ainda, um levantamento dos recursos a nível nacional, de forma a que, por exemplo, as ditas “Cartas do Património”, os “Mapas do Subsolo” (é óbvio que não são entidades eternas e implicam sua constante actualização, logo a criação de equipas que a vão fazendo) e o levantamento dos bens culturais fossem efectivamente tidos como um recurso fundamental e necessário ao Pla-

É um facto que o tempo urge para muitas das decisões, que nem sempre podemos esperar para conhecer melhor, que nem sempre temos pela frente “parceiros” que usem as mesmas regras; por vezes, muito ao contrário do que seria desejável, temos “parceiros” que querem viciar as “regras do jogo” em benefício de soluções e de interesses individualizados ou hegemónicos. E fazem-no, mesmo que para o efeito tenham que destruir ou lixiviar o passado.

E, nesses casos, há que afirmá-lo, prefiro genericamente optar pela salvaguarda/preservação dos “vestígios culturais” mesmo que ainda desconhecadora de muitas das suas mais valias patrimoniais, – tão simplesmente porque que as “coisas” chegaram até nós, – do que aceitar a sua “eutanásia”, porque depois da morte não há “resgate” possível.

Por esse motivo, defendo que decidir sobre o que se “pode ou não fazer” é um poder que, a meu ver, deve ser cada vez mais partilhado, até pelas implicações que tem, quer do ponto de vista estritamente “fisiológico”, quer económicas e sociais.

Não pode, portanto, a “Salvaguarda” continuar a ler-se numa escala de tutela única e muito menos centrando-se apenas na visão histórico/simbólica ou morfológico/funcional das questões, até tendo em atenção que, como se expressa na Carta de Cracóvia de 2000 “a conservação do património cultural deve ser uma parte integrante dos processos de planificação e gestão duma comunidade e pode contribuir para o desenvolvimento sustentável, qualitativo, económico e social desta comunidades” e ainda “o património, hoje (...) é da sociedade, e das gentes que vêm nele a sua identidade” como o aponta já a Carta de Cracóvia 2000.

Isto, porque se trata de um domínio tão delicado como trabalhar no “fio da navalha”, pois com as nossas decisões se pode estar a decidir da vida ou da morte de “entidades” físicas, mas também de “realidades” sociais. E, no entanto, não nos é permitido avalizar com segurança de que lado está afinal uma e outra, porque o “fio” é só um e o tempo não pára.

neamento do Território, como aliás já se pressupõe da leitura da Lei nº 48/98 que estabelece as bases da política de ordenamento do território e de urbanismo, nomeadamente nos seus Artigos 3º e 6º. Ou seja, que o Património Cultural fosse definitivamente considerado um bem e um recurso e, como tal, também sujeito a um sério planeamento e a um tratamento devidamente hierarquizado, por parte das comunidades a que pertence.

Claro está que, em teoria, isto é já o que se passa actualmente, pois, quer os Planos Directores Municipais, quer outros Planos de Ordenamento e do Território e do Urbanismo integram listas de imóveis classificados e de bens culturais não classificados; no entanto, poucos são os casos de Planos que se sustentam em informação produzida efectivamente para o efeito, devidamente hierarquizada, e que não utilizam uma espécie de “colagem” da informação dispersa e disponível vários organismos.

Para os meios urbanos de grande interesse patrimonial e de forte potencial arqueológico, dever-se-iam implementar efectivamente medidas específicas, porque implicam o empenhamento de múltiplas entidades, quer no licenciamento de obras, quer na execução das mesmas, e porque pressupõem a montante múltiplos tipos de estudos, trabalhos de conservação e restauro e trabalhos arqueológicos prévios. Logo, implicam um forte investimento técnico e financeiro que, para ser socialmente viável, só pode sê-lo através da criação de “consórcios” de entidades que façam uma avaliação conjunta quanto ao interesse do que se conserva e como se conserva.

Assim, falar de Salvaguarda do Património Cultural e de vitalidade dos centros históricos é falar de uma trama complexa de coisas que passam pela conservação/ /alteração física e de uso de lugares e sítios, de símbolos e de marcos na paisagem urbana e rural, de território, de planeamento e de “desenvolvimento sustentável” e ainda de poder (es).

Até porque, não há que ter ilusões, não conservamos aquilo de que não necessitamos... e sem ritos, rituais comemorativos e cerimónias sociais as memórias, mesmo as gravadas em pedra acabam por desfazer-se em pó, como afirma Régis Debray no seu “Deus – um Itinerário”.

Utilizaria para finalizar uma citação do mesmo autor: “Todos os colectivos têm a sua memória; alguns deles retiram dela uma história; interessando os vizinhos por ela, poucos conseguem fazer História. Para ultrapassar o contexto onde se vive, não basta “deixar vestígios”. Registrar num suporte, sim, começa-se por aí. Mas para transformar um entreposto num trampolim, é preciso reactivá-lo de geração em geração através do ensino e dos rituais, astúcias indispensáveis para o fazer sair do nada. É a ligação de uma alma colectiva (expressão de um corpo transindividual) a um património dos vestígios que permite acrescentar um reconhecimento (social) à persistência (física) de um passado através de uma tradição. Dar vida a um stock de letras, de marcas ou de volumes, requer a invenção duma ortopraxia, um sistema de liturgias familiares e comunitárias susceptíveis de abrir para o futuro um legado de símbolos que uma descodificação sábia, solitária e cerebral reduziria rapidamente ao silêncio do vestígio”.

